

[Imprimir](#)[Fechar](#)

Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região

Processo: **00265-2011-009-10-00-1-RO**

Acórdão do(a) Exmo(a) Desembargador(a) Federal do Trabalho **MÁRIO  
MACEDO FERNANDES CARON**

**Ementa:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO. REVISTA DE OBJETOS PESSOAIS DOS EMPREGADOS AO FINAL DO EXPEDIENTE. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE. A confiança é elemento essencial ao contrato de trabalho. O procedimento rotineiro de revistar bolsas e pertences dos empregados extrapola o aparente sentido de precaução e mostra-se perverso, na medida em que desnatura a presunção de inocência assegurada na Constituição e ofende o princípio da igualdade, já que submete os empregados a constrangimentos a que não se sujeitam os cidadãos comuns que, da mesma forma que os empregados, frequentam o estabelecimento comercial. DANO MORAL COLETIVO. VIOLAÇÃO REITERADA DO ORDENAMENTO JURÍDICO VIGENTE. CONFIGURAÇÃO. A violação ao ordenamento jurídico, consubstanciada pelo reiterado descumprimento de suas prescrições e a consequente desvalorização progressiva de suas emanções como vinculadoras das condutas - que acaba por acarretar verdadeira anomia - é mais grave do que a violação ao interesse individual. Esta pode ser coibida pela simples incidência da sanção prevista na própria norma. Aquela deve ser repudiada pelos novos instrumentos que o ordenamento jurídico disponibiliza para sua própria defesa. Constatado o solene e recorrente desprezo da empresa reclamada pelas normas que compõem o ordenamento jurídico vigente, configura-se o dano moral coletivo, a demandar a competente reparação. Recurso ordinário conhecido e provido.

**Relatório**

O Exmo. Juiz **FERNANDO GABRIELE BERNARDES**, atuando na MM. 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, por meio da sentença de fls. 154/164, rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa do Ministério Público e, na parte remanescente, julgou improcedentes os pedidos deduzidos na inicial. O Ministério Público do

Trabalho interpõe recurso ordinário em que pugna pela reforma do julgado, conforme razões de fls. 168/198. Regularmente intimada (fl. 200), a reclamada apresenta as contrarrazões de fls. 202/212, defendendo o não provimento do recurso. Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, na forma do art. 102 do Regimento Interno desta Corte. É o relatório.

### Voto

1. Admissibilidade Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso, bem como das contrarrazões, pois também regulares. Mérito FINAL DO EXPEDIENTE. REVISTA DE OBJETOS PESSOAIS DOS EMPREGADOS. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ajuizou ação civil pública contra CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, alegando ser prática comum em todos os estabelecimentos da empresa no território nacional a revista íntima de bolsas e sacolas dos empregados, por meio de fiscalização visual de seguranças do sexo masculino ou feminino. Pontuou que tais pertences costumam conter objetos relacionados à intimidade da pessoa e que a revista, muito comumente, é feita por empregado de sexo diverso do empregado revistado, circunstância que torna ainda mais constrangedora a conduta da empresa. Aduziu que a revista levada a efeito não é o único meio de tutela patrimonial da empresa, que poderia empregar outros mecanismos com tal objetivo, como o "controle de entrada e saída de estoque e outros que a tecnologia atual oferece" (fl. 7), inclusive aprimorando aqueles já implementados em seus estabelecimentos, cessando a prática inconstitucional da revista íntima aos pertences de seus empregados. Registrou que o contrato de trabalho tem como um de seus pilares a fides e que o procedimento adotado pela empresa "traz inerente a suspeita de furto por parte do empregado, ofendendo ao princípio da presunção de inocência" (fl. 8). Diante disso, entendendo que tal procedimento representa conduta intimidatória e abusiva da empresa, que viola direitos constitucionalmente garantidos, requereu a condenação da ré a abster-se de tal prática, sob pena de multa diária, e a pagar indenização por dano moral coletivo reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em contestação, a empresa sustentou tratar-se a visualização levada a efeito de "medida ordinária, rotineira, genérica e aceita pelos empregados, que não lhes causam qualquer transtorno, aborrecimento, delongas e, muito menos, constrangimentos, mesmo porque não se trata de revista íntima" (fl. 54). Esclareceu o procedimento, relatando que, "no momento em que os empregados deixam as áreas internas da empresa, no final do expediente, abrem as bolsas, malas, sacolas e mochilas e exibindo, 'em passant' o seu conteúdo para o(a) colega de trabalho que se encontra no outro lado do balcão da chamada 'Portaria de Funcionários' que, a rigor, apenas lança um olhar para o interior do apetrecho, não havendo qualquer tipo de exame ou revista dos objetos pessoais" (fls. 54/55). Disse que o procedimento, que nem pode, na acepção técnica do termo, ser considerado revista, quanto mais revista íntima, é de conhecimento dos empregados desde sua contratação e que tudo corre com ordem e cordialidade, sem nenhum tipo de intimidação, até porque a visualização é realizada por colegas de trabalho, autorizados e treinados para o ato, e não por seguranças. Alegou não ser o mecanismo de proteção patrimonial mais fácil e mais barato, mas sim o mais prático, simples e adequado, não se tratando de desconfiança ou de presunção de não inocência, mas apenas do estabelecimento de alguns limites razoáveis de convivência, aduzindo que o procedimento também protege o trabalhador, na medida em que se estabelece regramento apto a prevenir desvios disciplinares. Sustentou, assim, que a visualização realizada não corresponde a revista íntima ou pessoal, não constituindo nenhum aviltamento ou restrição de direitos dos empregados, configurando-se tão somente em exercício regular do direito. O juízo de origem concluiu que a revista era lícita, não se configurando nenhuma lesão efetiva ou potencial aos direitos da personalidade dos empregados a ensejar a interferência do poder judiciário na gestão empresarial. Consignou que "o furto de mercadorias por parte de empregados consiste em risco efetivamente vivenciado pelo réu (...), problema mundial, que acomete até mesmo nações mais desenvolvidas", havendo "uma razão empresarial plausível para a implantação do procedimento em questão", destacando que "a preservação do patrimônio e a prevenção ao crime alinham-se aos direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição".

Registrou que a expectativa de privacidade depende das circunstâncias e que o procedimento realizado pela empresa, rotineiro e generalizado, era de prévia ciência de todos os empregados, não havendo como se concluir que estes tivessem uma expectativa razoável de privacidade quanto aos pertences levados ao local de trabalho, e que, ciente de que seus pertences seriam examinados ao fim do expediente, caberia a cada empregado abster-se de levar ao trabalho objetos que não desejasse expor ou tomar providências no sentido de resguardá-los, acomodação que “não fere a dignidade do empregado como pessoa humana, nem lhe atinge a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem. Logo, não se configura in casu a violação aos arts. 1º, inciso III, e 5º, incisos X e LVII, da Constituição da República” (fl. 160). O Ministério Público insurge-se contra a decisão. Sustenta que a fiscalização empreendida pela ré resulta em ofensa a dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, extrapola o poder diretivo empresarial, não é compatível com o atual Estado Democrático de Direito e revela-se preconceituosa e infundada, uma vez que impõe a revista apenas aos seus empregados, pois se o propósito empresarial é resguardar seu patrimônio, o mesmo procedimento seria imposto aos seus clientes consumidores que frequentam o estabelecimento comercial. Ressalta que a intimidade do indivíduo não se restringe ao seu corpo, abarcando igualmente os seus pertences pessoais, extensão de sua personalidade e que revelam sua vida privada e intimidade, merecendo igual proteção jurídica. Pontua não ser razoável, no atual estágio dos direitos sociais trabalhistas, exigir do empregado que se utilize de embrulhos para preservar sua intimidade e privacidade, aduzindo ser inegável o direito da empresa defender seu direito de propriedade, mas desde que respeitando os limites que circundam a esfera das garantias individuais e preservam a dignidade do ser humano. Pois bem. Incontroverso que a reclamada realiza revista em bolsas, malas, sacolas e mochilas pertencentes aos empregados, no intuito de evitar furtos, procedimento que resulta em violação aos direitos de personalidade dos empregados da reclamada. Em que pese abalizada doutrina e jurisprudência no sentido de que apenas a revista íntima, considerada esta a vinculada ao corpo, caracteriza invasão à personalidade do empregado, tenho posicionamento diverso. Entendo que a confiança é elemento essencial ao contrato de trabalho e não estou falando daquela fidúcia especial atribuída àqueles exercentes de altos postos, verdadeiros alter ego do empregador. Aqui a menção é à confiança ordinária que deve lastrear qualquer vínculo de emprego. Tenho que o procedimento rotineiro de revistar os pertences do empregado extrapola o aparente sentido de precaução. Mostra-se perverso, na medida em que desnatura a presunção de inocência assegurada na Constituição (art. 5º, LVII). Se há alguma suspeita concreta em relação a algum empregado, deve o empregador levar ao conhecimento da autoridade policial para a investigação por parte de quem tem essa incumbência. A quebra da confiança correlata ao contrato de trabalho, quando muito, pode autorizar o rompimento do vínculo (com ou sem justa causa, a depender do caso concreto), mas não autoriza o empregador a obrigar os prestadores de serviço a abrir suas bolsas, expor seus objetos pessoais, como condição intransponível à saída do estabelecimento. É como admitir que, apenas mediante a prova de que nada da reclamada está em sua bolsa, pudesse usufruir da “presunção” de inocência e ir para casa depois de um dia estafante de trabalho. Conforme observa o recorrente, tal prática ofende, ainda, o princípio da igualdade, pois submete os empregados a constrangimentos a que não se sujeitam os cidadãos comuns, como os clientes consumidores que frequentam o estabelecimento comercial. A revista, conforme parecer do Ministério Público nos autos do RO-0001294-83.2010.5.10.0018, do qual fui relator, revela “uma mentalidade empresarial anacrônica, que vê na relação de emprego, antes de mais nada, uma relação de poder autoritária, em que o empregado é obrigado a sujeitar-se a qualquer coisa para manter o emprego” e constitui “apenas o mecanismo mais fácil e mais barato para a proteção do patrimônio do empregador, que pode desenvolver outros mecanismos para o mesmo fim”, como, por exemplo, conforme sugerido pelo recorrente à fl. 177, a centralização nos caixas da desmagnetização de etiquetas ou sensores e a reserva de local apropriado para que os empregados guardem seus pertences pessoais no início do expediente, procedimentos que preservam o direito da empresa de defender seu patrimônio, sem impingir aos empregados tratamento degradante. Ante o exposto, dou provimento ao recurso para condenar a reclamada a abster-se de realizar revistas nos pertences pessoais dos seus empregados, ainda que feitas visualmente, em todos os seus estabelecimentos do território nacional e, em caso de descumprimento da obrigação de não fazer ora determinada, pagar multa diária no valor de

R\$10.000,00, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. DO DANO MORAL COLETIVO O juízo de origem julgou improcedente o pedido de indenização por dano moral coletivo, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no importe de R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais). Em seu recurso, o Ministério Público insiste na necessidade condenação da empresa nessa parcela. Argumenta que, além do dano causado a cada trabalhador, ocorreu um dano geral, tratando-se de um prejuízo moral potencial de que foi alvo a coletividade de trabalhadores da ré, assim como a própria sociedade, na medida em que violada a ordem social, entendendo, configurar-se, assim, a lesão não só a interesses coletivos como também difusos. Com razão. A violação ao ordenamento jurídico, consubstanciada pelo reiterado descumprimento de suas prescrições e a consequente desvalorização progressiva de suas emanações como vinculadoras das condutas - que acaba por acarretar verdadeira anomia - é mais grave do que a violação ao interesse individual. Esta pode ser coibida pela simples incidência da sanção prevista na própria norma. Aquela deve ser repudiada pelos novos instrumentos que o ordenamento jurídico disponibiliza para sua própria defesa. Como retratado nestes autos, a empresa reclamada desprezou solene e reiteradamente o ordenamento jurídico vigente, impingindo aos seus empregados tratamento degradante, preconceituoso e discriminatório, em franca violação aos direitos de personalidade dos trabalhadores, conduta que é incompatível com o atual Estado Democrático de Direito e que resulta em ofensa não somente à coletividade de empregados da ré, mas a toda a sociedade, na medida em que violados seus preceitos fundamentais. Deste modo, por efetivamente configurado o dano moral coletivo, dou provimento ao recurso para condenar a reclamada a pagar indenização no importe de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), reversível em favor do FAT. CONCLUSÃO Ante o exposto, conheço do recurso e, no mérito, dou-lhe provimento, nos termos da fundamentação supra. Diante do provimento do apelo, inverte-se o ônus da sucumbência e fixa-se a condenação da reclamada em R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais), sendo as custas processuais no importe de R\$20.000,00 (Vinte mil reais).

### **Acórdão**

ACORDAM os Desembargadores da Eg. Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, à vista do contido na respectiva certidão de julgamento, aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento. Diante do provimento do apelo, inverte-se o ônus da sucumbência e fixa-se a condenação da reclamada em R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais), sendo as custas processuais no importe de R\$20.000,00 (Vinte mil reais), tudo nos termos do voto do Desembargador Relator. Vencido parcialmente o Desembargador João Amílcar que fixava a indenização em R\$700.000,00 (setecentos mil reais). Brasília (DF), 26 de abril de 2012 (data do julgamento). MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Desembargador Relator

### **Certidão(ões)**

Órgão  
Julgador: 2ª Turma

3ª Sessão Extraordinária do dia 26/04/2012

Presidente: Desembargador JOÃO AMÍLCAR

Relator: Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Presente NORMAL

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Presente NORMAL

Desembargadora MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA Ausente LICENÇA MÉDICA

Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA Ausente LICENÇA MÉDICA

aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento. Diante do provimento do apelo, inverter o ônus da sucumbência e fixar a condenação da reclamada em R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais), sendo as custas processuais no importe de R\$20.000,00 (Vinte mil reais), nos termos do voto do Desembargador Relator. Vencido parcialmente o Desembargador João Amílcar que fixava a indenização em R\$700.000,00 (setecentos mil reais).

---

Órgão  
Julgador: 2ª Turma

6ª Sessão Ordinária do dia 07/03/2012

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Composição:

Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Presente NORMAL

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Presente NORMAL

Desembargadora MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA Ausente FERIAS

retirar de pauta o presente processo a requerimento do Desembargador Relator.

---

Órgão  
Julgador: 2ª Turma

2ª Sessão Extraordinária do dia 23/02/2012

Presidente: Desembargador ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA

Relator: Desembargador MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

Composição:

Desembargador JOÃO AMÍLCAR Presente NORMAL

Desembargador BRASILINO SANTOS RAMOS Presente NORMAL

Desembargadora MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA Ausente FERIAS

retirar de pauta o presente processo, em razão da ausência com causa justificada, do Desembargador Mário Macedo F. Caron.